

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

2º SEMESTRE DE 2021



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4</b>	<b>767.628</b>	<b>540.562</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>15.804.657</b>	<b>15.453.648</b>
Ao custo amortizado	5	14.308.926	13.892.880
Títulos e valores mobiliários		613.715	682.068
Operações de crédito e repasses financeiros	6	14.041.680	13.575.737
Outros ativos financeiros	6	73.908	39.677
(-) Provisão para perdas esperadas	5	(420.377)	(404.602)
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	7	1.490.651	1.558.835
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	7	5.080	1.933
<b>Ativos fiscais</b>		<b>448.210</b>	<b>468.714</b>
Correntes		47.328	34.110
Diferidos	14.2	400.882	434.604
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>146.057</b>	<b>222.570</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>9</b>	<b>52.129</b>	<b>52.065</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>9</b>	<b>17.180</b>	<b>15.666</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>17.235.861</b>	<b>16.753.225</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>13.076.133</b>	<b>12.917.445</b>
Ao custo amortizado	10	13.073.615	12.917.400
Depósitos a prazo		30.976	-
Obrigações por empréstimos e repasses		12.545.041	12.414.358
Outros passivos financeiros		497.598	503.042
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)		2.518	45
<b>Provisões</b>	<b>12</b>	<b>131.369</b>	<b>133.079</b>
<b>Passivos fiscais</b>		<b>281.736</b>	<b>230.739</b>
Correntes		220.276	164.251
Diferidos	14.2	61.460	66.488
<b>Outras obrigações</b>	<b>15</b>	<b>306.358</b>	<b>304.393</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13.795.596</b>	<b>13.585.656</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Capital social	16	1.734.924	1.518.579
Reservas de lucro		1.770.620	1.737.666
Outros resultados abrangentes		(99.824)	(116.551)
Lucros (prejuízos) acumulados		34.545	27.875
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.440.265</b>	<b>3.167.569</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>17.235.861</b>	<b>16.753.225</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2021	2020
<b>Resultado com juros e similares</b>	<b>17</b>	<b>755.101</b>	<b>674.671</b>
Receita com juros e similares		1.383.054	1.360.050
Despesa com juros e similares		(627.953)	(685.379)
<b>Ganhos (perdas) esperadas sobre ativos financeiros</b>		<b>(12.152)</b>	<b>(65.889)</b>
Perdas esperadas de crédito		(12.672)	(66.719)
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários		520	830
<b>Resultado de tarifas e comissões</b>	<b>18</b>	<b>16.527</b>	<b>26.610</b>
Receitas com tarifas e comissões		37.025	36.561
Despesas com tarifas e comissões		(20.498)	(9.951)
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>759.476</b>	<b>635.392</b>
<b>Outras receitas / despesas</b>		<b>(271.886)</b>	<b>(289.940)</b>
Despesas com pessoal	19	(215.503)	(202.194)
Outras despesas administrativas	21	(46.984)	(41.864)
Despesas tributárias	20	(39.714)	(32.631)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	31.157	(2.689)
Depreciação e amortização		(8.450)	(6.849)
Despesas com provisões		(4.317)	(6.413)
Lucro na venda de ativos		13.649	4.653
Ganhos (perdas) com ativos não financeiros		(1.724)	(1.953)
<b>Lucro operacional antes da tributação</b>		<b>487.590</b>	<b>345.452</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>14.1</b>	<b>(232.153)</b>	<b>(149.906)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>255.437</b>	<b>195.546</b>
Resultado líquido por ação (lote de 1000 ações)		0,15	0,13

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>255.437</b>	<b>195.546</b>
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	3.147	89
Obrigações com benefícios de aposentadoria	38.494	13.049
Efeito tributário sobre outros resultados abrangentes	(24.914)	415
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>16.727</b>	<b>13.553</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>272.165</b>	<b>209.099</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Capital Social	Reservas de capital		Reservas de lucro Fundo regimental	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Fundo Regimental	Outros				
<b>Saldos em 01/01/2020</b>	<b>1.343.193</b>	<b>1.713.037</b>	<b>709</b>	-	<b>(130.103)</b>	<b>31.635</b>	<b>2.958.471</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	13.552	-	13.552
Aumento de capital	175.386	(175.386)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	195.546	195.546
Constituição de reservas	-	199.306	-	-	-	(199.306)	-
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>1.518.579</b>	<b>1.736.957</b>	<b>709</b>	-	<b>(116.551)</b>	<b>27.875</b>	<b>3.167.569</b>
Reclassificação contábil	-	(1.736.957)	(709)	1.720.353	-	17.313	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	16.727	532	17.259
Aumento de capital	216.345	-	-	(216.345)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	255.437	255.437
Constituição de reservas	-	-	-	266.612	-	(266.612)	-
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>1.734.924</b>	-	-	<b>1.770.620</b>	<b>(99.824)</b>	<b>34.545</b>	<b>3.440.265</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período ajustado</b>	<b>296.755</b>	<b>259.856</b>
Lucro líquido do período	255.437	195.546
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	8.450	6.849
Ajuste a valor de mercado – ativos e passivos	2.820	-
Provisão para perdas com ativos financeiros	12.152	65.889
Outras provisões	4.317	6.413
Provisão para perdas com ativos não financeiros	1.724	1.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.855	(16.794)
<b>Redução / (aumento) de ativos operacionais</b>	<b>(339.354)</b>	<b>(148.492)</b>
Ativos financeiros ao custo amortizado	(500.174)	(109.619)
Ativos financeiros por meio do resultado	68.184	(10.957)
Ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes	(543)	-
Demais ativos	93.179	(27.916)
<b>Aumento / (redução) de passivos operacionais</b>	<b>210.503</b>	<b>(395.419)</b>
Passivos financeiros	158.688	(480.351)
Provisões	(6.189)	(14.491)
Passivos fiscais correntes	42.806	106.256
Outras obrigações	15.198	(6.833)
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>167.904</b>	<b>(284.055)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicação no intangível	(6.621)	(5.020)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.638)	(3.721)
Alienação de imobilizado de uso	68	44
(Aumento)/Redução ativos financeiros mantidos até o vencimento	68.353	245.449
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<b>59.162</b>	<b>236.752</b>
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>227.066</b>	<b>(47.303)</b>
<b>Modificação na posição financeira</b>		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	540.562	587.865
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	767.628	540.562
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa</b>	<b>227.066</b>	<b>(47.303)</b>

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 24 de março de 2022.

### 2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado BRDE foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais (*International Accounting Standards Board* – IASB) traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independents (IBRACON) que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2021.

## 2.3 Entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do BRDE incluem as seguintes instituições:

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
- BB Polo 27 Fundo de Investimento de Renda Fixa

## 2.4 Adoção de novas normas ou alterações e interpretações de normas já existentes

### 2.4.1 Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2021

Alterações ao IFRS 9, IAS39, IFRS 37 – Instrumentos financeiros, IFRS 4 – Contratos de Seguro e IFRS 16 – Arrendamento: previstas na fase II da reforma da taxa de juros utilizadas como referência de mercado (IBOR), podendo ocasionar mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros e passivos financeiros, novos requisitos de *hedge accounting* e divulgações adicionais sobre os riscos e transição às novas taxas. A data efetiva de aplicação dessa alteração foi em 1º de janeiro de 2021.

Os contratos do BRDE expostos à Taxa Libor estão sendo revisados junto as contrapartes envolvidas, a fim de que ocorram as atualizações de taxa quando e na forma pertinentes.

### 2.4.2 Aplicáveis em períodos futuros

Para vigência futura estão previstas as seguintes normas ou alterações:

Vigência a partir de 01/01/2022	Vigência a partir de 01/01/2023
Alterações IAS 37 – Provisões, passivos contingente e ativos contingentes: contratos onerosos	IFRS 17 – Contratos de seguro (em substituição ao IFRS 4)
IFRS 3 – Combinação de negócios: atualização na referência à estrutura conceitual	Alterações IAS 12 – Impostos sobre a renda
Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: alterações em:	Alterações IAS 8 – Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Alterações IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras: classificação do passivo em circulante e não circulante
IFRS 16 – Arrendamentos	
IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatórios financeiros	

Não são esperados impactos nas normas e alterações que entram em vigor em 01/01/2022 e que afetam ao BRDE. Aquelas de vigência a partir de 01/01/2023 ainda estão sendo avaliadas pela administração.

### **3. PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **3.1 Apuração do resultado**

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

#### **3.2 Caixas e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

#### **3.3 Instrumentos financeiros**

##### **3.3.1 Ativos financeiros**

O BRDE reconhece um ativo financeiro na data da negociação, ou seja, quando se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento financeiro. Inicialmente reconhecido pelo valor justo e posteriormente mensurados conforme o modelo de negócios.

##### **a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros**

Para a classificação dos ativos financeiros o Banco realiza a avaliação e identificação do modelo de negócio ao qual o ativo está relacionado e realiza a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo (SPPI test).

O modelo de negócios é definido pelo nível que reflete a maneira pela qual grupos de ativos financeiros são gerenciados para atingir um determinado objetivo de negócio. Portanto, o modelo de negócios de uma Instituição não depende da intenção em relação a um instrumento individual, mas sim da forma como os ativos financeiros são gerenciados para atingir sua finalidade. Após essa avaliação os ativos são classificados entre:

- a) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais;
- b) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais e venda; e
- c) outros modelos de negócio.

Quando o ativo financeiro é identificado como relacionado aos modelos de negócio de obter fluxos de caixa contratuais (item a acima) ou para obter fluxos de caixa contratuais e venda (item b acima), o Banco realiza o teste de SPPI, de forma a verificar se o ativo possui características contratuais que representem um acordo de pagamento de principal e juros.

**b) Mensuração dos ativos financeiros**

Com base na avaliação conjunta de modelo de negócio e teste de SPPI, os ativos financeiros são classificados nas seguintes três categorias:

- Custo amortizado: São classificados nessa categoria os ativos financeiros administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e que apresentem características contratuais que representem principal e juros. Classificam-se nessa categoria, por exemplo, a carteira de crédito e algumas aplicações financeiras em instrumentos de dívida.
- Ao valor justo por meio do resultado (VJR): São classificados nessa categoria os ativos financeiros mantidos administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e venda, e que apresentem características contratuais que representem o principal e juros, além dos instrumentos de patrimônio designados nessa categoria quando do reconhecimento inicial.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): São classificados nessa categoria os ativos financeiros relacionados a outros modelos de negócio não relacionados as categorias anteriores; ativos financeiros designados inicialmente nessa categoria como forma de reduzir “descasamentos contábeis” e demais ativos financeiros que não apresentem características contratuais de pagamento de principal e juros.

**c) Baixa de ativos financeiros**

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o BRDE transfere os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para o desreconhecimento de acordo com os requerimentos do IFRS 9.

**3.3.2 Passivos financeiros**

O BRDE reconhece um passivo financeiro quando se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento financeiro.

**a) Classificação e mensuração dos passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui passivos financeiros originados de operações com derivativos.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Classificam-se nesta categoria os empréstimos e repasses tomados pelo Banco.

**b) Baixa dos passivos financeiros**

Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando suas obrigações são liquidadas, extintas ou canceladas.

**3.3.3 Derivativos**

O BRDE utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros e buscando a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados

derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

### **3.3.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

O BRDE registra provisão de perdas esperadas (PE) para suas operações de crédito e instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 24.2.

O BRDE estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 24.2.1.

Baseado no processo acima, o BRDE distribui seus instrumentos financeiros em estágios, conforme descrito abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o BRDE reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. O Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o BRDE registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- Estágio 3: quando os instrumentos financeiros são considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

a) Mensuração das perdas esperadas

A partir da aplicação inicial do IFRS, o BRDE, para mensuração da provisão para perdas esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

➤ Probabilidade de inadimplência (PD – *probability of default*): é uma estimativa de probabilidade de inadimplência ao longo de um determinado horizonte de tempo.

O BRDE avalia a probabilidade de inadimplência de seus clientes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de clientes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência

O BRDE possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

➤ Exposição no momento da inadimplência (EAD – *exposure at default*): trata-se de uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproximam da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

➤ Perda em caso de inadimplência (LGD – *loss given default*): é uma estimativa de perda em caso de inadimplência entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que o BRDE espera receber, incluindo os pagamentos da realização de garantias.

### **3.3.5 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros**

Para mensuração do valor justo, o BRDE classifica os instrumentos financeiros conforme a hierarquia a seguir:

Nível 1 – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – informações (inputs) diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivativos dos preços).

Nível 3 – informações (inputs) para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis do mercado.

### 3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período

### 3.5 Ativo tangível

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	Taxas
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

### 3.6 Ativo intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

### 3.7 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 14 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste semestre.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2021, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 14.2 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração.

### 3.8 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações

cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

### **3.9 Benefícios pós emprego**

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 23). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

### **3.10 Demais ativos e passivos**

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Disponibilidades	7.106	121
Cotas de fundos de investimentos	760.522	540.441
<b>Total</b>	<b>767.628</b>	<b>540.562</b>

#### 5. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado:

	2021	2020
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>613.715</b>	<b>682.068</b>
Letras financeiras de instituições privadas	264.485	351.516
NTN - Notas do Tesouro Nacional	349.230	330.552
<b>Operações de crédito e repasses interfinanceiros</b>	<b>14.041.680</b>	<b>13.575.737</b>
Empréstimos	761.449	400.625
Financiamentos	6.091.140	6.068.285
Financiamentos rurais	7.056.870	7.106.827
Repasses interfinanceiros	132.221	-
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>73.908</b>	<b>39.677</b>
Avais e fianças honrados	5.791	2.844
Devedores por compra bens e valores	68.117	36.833
<b>(-) Provisão para perdas esperadas</b>	<b>(420.377)</b>	<b>(404.602)</b>
(-) Provisão para perdas sobre títulos e valores mobiliários	(2.329)	(2.849)
(-) Provisão para perdas sobre operações de crédito (nota 6.5)	(418.048)	(401.753)
<b>Total</b>	<b>14.308.926</b>	<b>13.892.880</b>

#### 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSES INTERFINANCEIROS

##### 6.1 Composição por estágio

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2021	2021	2020
Empréstimos	642.394	314.018	78.000	57.928	41.055	28.679	761.449	400.625
Financiamentos	5.171.709	5.322.428	762.517	629.289	156.914	116.568	6.091.140	6.068.285
Financiamentos rurais	6.625.370	6.625.165	424.949	450.637	6.551	31.025	7.056.870	7.106.827
Repasses interfinanceiros	132.221	-	-	-	-	-	132.221	-
Outros	67.970	36.748	5.791	2.929	147	-	73.908	39.677
<b>Total</b>	<b>12.639.664</b>	<b>12.298.359</b>	<b>1.271.257</b>	<b>1.140.783</b>	<b>204.667</b>	<b>176.272</b>	<b>14.115.588</b>	<b>13.615.414</b>

## 6.2 Distribuição por faixa de vencimento das operações

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operações em dia	633.746	1.922.977	4.194.483	2.970.694	4.218.754	13.940.654
Operação em atraso <sup>(1)</sup>	14.558	37.983	51.887	31.025	39.481	174.934
<b>Total – 2021</b>	<b>648.304</b>	<b>1.960.960</b>	<b>4.246.370</b>	<b>3.001.719</b>	<b>4.258.235</b>	<b>14.115.588</b>
<b>Total – 2020</b>	<b>635.625</b>	<b>1.803.237</b>	<b>4.139.173</b>	<b>2.856.684</b>	<b>4.180.695</b>	<b>13.615.414</b>

<sup>(1)</sup> A operação é considerada em atraso quando apresenta alguma parcela vencida há mais de 14 dias.

## 6.3 Concentração por cliente

	2021	%	2020	%
Maior cliente	222.848	1,6%	213.095	1,6%
10 seguintes maiores clientes	1.493.086	10,6%	1.556.807	11,4%
20 seguintes maiores clientes	1.545.767	11,0%	1.442.637	10,6%
50 seguintes maiores clientes	1.852.699	13,1%	1.782.482	13,1%
100 seguintes maiores clientes	1.930.815	13,7%	1.845.813	13,6%
Demais clientes	7.070.373	50,0%	6.774.580	49,7%
<b>Total da carteira</b>	<b>14.115.588</b>	<b>100%</b>	<b>13.615.414</b>	<b>100%</b>

## 6.4 Concentração por setor de atividade

	2021	%	2020	%
<b>Setor Público</b>	<b>579.608</b>	<b>4,1%</b>	<b>476.723</b>	<b>3,5%</b>
Administração pública	569.987	4,0%	469.100	3,4%
Intermediação financeira	9.621	0,1%	-	-
Indústria	-	-	7.623	0,1%
<b>Setor Privado</b>	<b>13.535.980</b>	<b>95,9%</b>	<b>13.138.691</b>	<b>96,5%</b>
Agropecuária	3.683.686	26,1%	3.696.248	27,1%
Indústria	3.155.515	22,3%	3.102.443	22,8%
Infraestrutura	2.878.330	20,4%	3.054.971	22,4%
Comércio	2.357.983	16,7%	2.263.264	16,6%
Turismo	333.718	2,4%	-	-
Intermediação financeira	323.933	2,3%	-	-
Serviços	802.815	5,7%	1.021.765	7,6%
<b>Total da carteira</b>	<b>14.115.588</b>	<b>100%</b>	<b>13.615.414</b>	<b>100%</b>

## 6.5 Perdas esperadas sobre carteira de crédito

### 6.5.1 Composição por estágio das perdas esperadas sobre carteira de crédito

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2021	2021	2020
Empréstimos	17.922	8.157	11.033	9.864	28.980	18.231	57.935	36.252
Financiamentos	119.910	127.180	81.759	94.203	96.619	72.562	298.288	293.945
Financiamentos rurais	38.258	35.618	13.857	18.385	4.512	16.268	56.627	70.271
Repasses interfinanceiros	3.169	-	-	-	-	-	3.169	-
Outros	905	369	1.057	916	67	-	2.029	1.285
<b>Total</b>	<b>180.164</b>	<b>171.324</b>	<b>107.706</b>	<b>123.368</b>	<b>130.178</b>	<b>107.061</b>	<b>418.048</b>	<b>401.753</b>

### 6.5.2 Movimentação das perdas esperadas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>171.324</b>	<b>123.368</b>	<b>107.061</b>	<b>401.753</b>
Constituição / (reversão) líquida	20.290	(1.968)	(8.131)	10.191
Transferência entre estágios	(11.096)	(10.881)	47.156	25.179
Baixa por desconhecimento	(354)	(2.813)	(15.908)	(19.075)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>180.164</b>	<b>107.706</b>	<b>130.178</b>	<b>418.048</b>

## 6.6 Créditos renegociados e recuperados

	2021	2020
<b>Montante renegociado no exercício</b>	<b>287.635</b>	<b>213.764</b>
<b>Montante recuperado:</b>	<b>147.394</b>	<b>141.302</b>
- Por renegociação	49.286	40.449
- Por recebimento	98.108	100.853

## 7. ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS A VALOR JUSTO "VJR" e "VJORA"

	Nível 1		Nível 2		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ao valor justo por meio do resultado (VJR)</b>	<b>973.582</b>	<b>1.129.185</b>	<b>517.069</b>	<b>429.650</b>	<b>1.490.651</b>	<b>1.558.835</b>
Títulos públicos (1)	973.582	1.129.185	-	-	973.582	1.129.185
Cotas em fundo de renda fixa (2)	-	-	502.724	419.468	502.724	419.468
Cotas em fundo de investimento (3)	-	-	14.345	9.609	14.345	9.609
Derivativos (4)	-	-	-	573	-	573
<b>Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)</b>	<b>5.080</b>	<b>1.933</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.080</b>	<b>1.933</b>
Ações de companhia aberta	5.080	1.933	-	-	5.080	1.933
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>978.662</b>	<b>1.131.118</b>	<b>517.069</b>	<b>429.650</b>	<b>1.495.731</b>	<b>1.560.768</b>

(1) Desse montante R\$ 7.280 (2020 – R\$ 6.958) está vinculado como garantia em processos judiciais.

(2) Desse montante R\$ 218.935 (2020 – R\$ 147.727) são recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, sendo o BRDE o gestor do fundo.

(3) São aplicações em fundos de investimentos administrados por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço:

Fundo	Administrador	2021	2020
Fundo Garantidos de Investimento – FGI	BNDES	2.727	2.704
Fundo de Investimento em Participações CRIATEC III	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	8.517	5.623
FIP BRL1558 – Anjo Capital Semente	BRI Trust Investimentos Ltda	2.885	1.282
TM3 Capital VC4 Fundo Invest. Partic. Multiestratégia	Lions Trust Adm de Recursos Ltda	216	-
<b>Total</b>		<b>14.345</b>	<b>9.609</b>

(4) Para os empréstimos contraídos junto com instituições financeiras do exterior, e que não foram internalizados em moeda nacional, o BRDE contratou *swap* como medida de proteção, apresentando os seguintes saldos:

	Valor do contrato		Valor justo a receber / (a pagar)	
	2021	2020	2021	2020
Derivativos mantidos como hedge	44.632	21.964	(2.518)	573

O BRDE realiza testes de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de hedge, avalia periodicamente a efetividade por ocasião dos encerramentos contábeis na periodicidade mensal e em virtude da elaboração das demonstrações financeiras. A metodologia adotada para os testes de efetividade se baseia no quociente entre o ajuste a valor de mercado do instrumento de hedge e o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, o que permite ao BRDE avaliar a variação de mercado líquida das apropriações (*accruals*) da curva. Assim, em atendimento ao exigido pelo Banco Central do Brasil, no que tange aos resultados e métodos adotados

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado <sup>(1)</sup>	Data inicial	Data final	Indexador
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

A partir do final do 2º semestre de 2020, o BRDE operacionalizou estrutura de hedge para tranches que foram liberadas dentro do contrato firmado com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Contudo, considerando a forma de internalização dos recursos, a estratégia do BRDE com os mesmos e a mitigação de riscos envolvida, alterou-se a forma de tratamento dos recursos oriundos desta operação, desconstituindo-se tal estrutura no segundo semestre de 2021, passando a dívida assumida pelo BRDE a ser considerada por custo amortizado.

## 8. OUTROS ATIVOS

	2021	2020
Devedores por depósitos em garantia	89.604	91.330
Comissões a receber	10.548	7.579
Pendências a regularizar	278	3.055
Superavit plano de benefício pós-emprego	-	11.244
Créditos a receber do Tesouro Nacional	11.522	15.040
Direito de uso com arrendamento (nota 11)	15.835	9.400
Outros ativos	4.641	38.965
Ativos não financeiros mantidos para venda	33.627	66.786
(-) Provisão perdas sobre ativos não financeiros	(19.998)	(20.829)
<b>Total</b>	<b>146.057</b>	<b>222.570</b>

## 9. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis dizem respeito o imobilizado para uso próprio.

Os ativos intangíveis são compostos por softwares adquiridos ou desenvolvidos pelo BRDE.

	Ativo tangível					Intangível
	Imóveis	Móveis e Equipamentos	Veículos	Outros	Total	Softwares
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>45.820</b>	<b>4.695</b>	<b>1.258</b>	<b>292</b>	<b>52.065</b>	<b>15.666</b>
Aquisições	-	3.708	142	6	3.856	9.661
Baixas	-	(1.058)	(649)	-	(1.707)	(3.040)
Depreciação/Amortização	(1.293)	(928)	178	(42)	(2.085)	(5.107)
<b>Saldo em 31/12/ 2021</b>	<b>44.527</b>	<b>6.417</b>	<b>929</b>	<b>256</b>	<b>52.129</b>	<b>17.180</b>
Custo aquisição acumulado	62.166	24.819	1.478	2.519	90.982	46.745
Depreciação/Amort. acumulada	(17.639)	(18.402)	(549)	(2.263)	(38.853)	(29.565)

## 10. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2021	2020
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>30.976</b>	<b>-</b>
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>12.545.041</b>	<b>12.414.358</b>
Empréstimos e repasses do exterior – instituições financeiras	936.840	381.830
Repasses do país – instituições oficiais – BNDES	9.079.485	9.617.542
Repasses do país – instituições oficiais - FINAME	1.190.892	1.316.718
Repasses do país – instituições oficiais – FINEP	339.025	351.584

Repasses do país – instituições oficiais – CEF	396.623	345.077
Repasses do país – instituições oficiais – BB	213.910	178.557
Repasses do país – instituições oficiais – FUNGETUR	382.851	215.008
Repasses do país – instituições oficiais – Outras	5.415	8.042
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>497.598</b>	<b>503.042</b>
Fundo Setorial do Audiovisual – FSA (1)	218.935	147.727
Valores de mutuários a regularizar (2)	5.894	9.964
Recursos do FUNGETUR (3)	272.769	335.337
Recursos do FUNCAFÉ (3)	-	10.014
<b>Total</b>	<b>13.073.615</b>	<b>12.917.400</b>

(1) São recursos, geridos pelo BRDE, destinados a toda cadeia produtiva da atividade audiovisual do Brasil.

(2) Valores recebidos de clientes em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

(3) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamento relacionados com a atividade fim.

## 11. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

O BRDE é arrendatário, predominantemente, de imóveis de uso em algumas de suas operações, que incluem opções de renovação e eventuais cláusulas de reajuste. Durante o período findo em 31/12/2021, a saída de caixa com arrendamentos foi de R\$ 2.199 (2020 – R\$ 1.385).

O BRDE considera, no âmbito do IFRS 16, para a mensuração do passivo de arrendamento o total de pagamentos futuros de alugueis, ajustados a valor presente, sendo que o montante reconhecido no Balanço Patrimonial o seguinte:

	2021	2020
Até 1 ano	1.998	1.206
De 1 a 5 anos	11.302	6.709
Mais de 5 anos	2.535	1.485
<b>Total</b>	<b>15.835</b>	<b>9.400</b>

Valores de arrendamento reconhecidos na demonstração do resultado:

	2021	2020
Despesas de depreciação	1.998	1.206
Despesas de juros	201	52
<b>Total</b>	<b>2.199</b>	<b>1.258</b>

## 12. PROVISÕES

	2021	2020
Provisão para fiscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 13)	98.388	103.616
Provisão para avais e fianças bancárias (1)	5.800	6.205
Provisão com despesas de pessoal	27.181	23.258
<b>Total</b>	<b>131.369</b>	<b>133.079</b>

(1) O BRDE possui ao final do exercício, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade carta de fiança no montante de R\$ 95.598 (2020 – R\$ 96.524) que estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de imóveis, entre outros). Nos termos das IFRS's, que prevê a utilização do modelo de mensuração de provisão baseado nos conceitos de "perda incorrida" e que requer a identificação de evidência objetiva de redução do valor (*impairment*) como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro.

## 13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2020	Constituição	Atualização	Reversão	Pagamento	31/12/2021
Previdenciárias	14.654	-	278	(176)	(7.811)	6.945
Trabalhistas	31.043	7.028	2.317	(4.511)	(2.945)	32.932
Cíveis	57.919	3.830	1.932	(1.963)	(3.207)	58.511
<b>Total</b>	<b>103.616</b>	<b>10.858</b>	<b>4.527</b>	<b>(6.650)</b>	<b>(13.963)</b>	<b>98.388</b>

A provisão de natureza previdenciária refere-se a contribuições sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

De acordo com a nota 3.8 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 101.589 (2020 - R\$ 99.930), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 52.565 referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 4.408 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 1.538 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 57.370.

Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 2.382.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 31/12/2021, é de R\$ 25.511 (2020 – R\$ 24.876).

## 14. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 01/2019 a 02/2020	15,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 03/2020 a 06/2021 <sup>(1)</sup>	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 07/2021 a 12/2021 <sup>(2)</sup>	25,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) a majoração é decorrente de promulgação da Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

(2) majoração aprovada pela Lei 14.183/2021

### 14.1 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
<b>Impostos correntes sobre a renda reconhecidos no resultado</b>	<b>220.298</b>	<b>164.251</b>
Imposto de renda	112.908	89.654
Contribuição social sobre o lucro líquido	107.390	74.597
<b>Impostos diferidos reconhecidos no resultado</b>	<b>11.855</b>	<b>(14.345)</b>
Imposto de renda	19.641	(8.418)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(7.786)	(5.927)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>232.153</b>	<b>149.906</b>

### 14.2 Impostos diferidos

O Banco possui créditos e obrigações tributárias de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias, que são realizadas quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas:

CRÉDITOS	31/12/2020	Constituição	Realização	31/12/2021
<i>Impairment</i> de empréstimos e recebíveis	180.789	50.278	(42.945)	188.122
<i>Impairment</i> de avais e fianças bancárias	2.792	-	(182)	2.610
<i>Impairment</i> de títulos e valores mobiliários	1.282	210	-	1.492
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	9.373	-	(9.149)	224
Passivos contingentes	46.627	5.508	(7.861)	44.274
Provisão para assistência médica	115.829	8.194	(17.634)	106.389
Créditos baixados para prejuízo	71.802	16.397	(33.159)	55.040
Outros	6.110	3.299	(6.678)	2.731
<b>Total – ativo diferido</b>	<b>434.604</b>	<b>83.886</b>	<b>(117.608)</b>	<b>400.882</b>

<b>OBRIGAÇÕES</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>31/12/2021</b>
Recuperação judicial deferimento	5.996	894	(2.549)	4.341
Renegociações tributadas por caixa	30.627	13.342	(12.064)	31.905
Atualização depósitos judiciais	24.806	907	(499)	25.214
Outros	5.059	-	(5.059)	-
<b>Total – passivo diferido</b>	<b>66.488</b>	<b>15.143</b>	<b>(20.171)</b>	<b>61.460</b>

A expectativa de realização dos créditos e obrigações diferidas em 31 de dezembro é:

<b>Tempo de realização</b>	<b>Créditos</b>		<b>Obrigações</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
1º ano	98.307	111.220	8.843	35.184
2º ano	64.110	75.667	30.850	9.855
3º ano	29.201	34.577	2.962	4.513
4º ano	20.300	21.912	2.734	2.338
5º ano	17.003	18.220	2.871	2.080
6º ao 10º ano	54.526	60.266	8.842	7.962
Acima do 10º ano	117.435	112.742	4.358	4.556
<b>Total – ativo diferido</b>	<b>400.882</b>	<b>434.604</b>	<b>61.460</b>	<b>66.488</b>

## 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Participação nos lucros e resultados a pagar	11.317	7.960
Honras de fundos garantidores	18.283	1.895
Fornecedores de bens e serviços	2.938	4.448
Impostos e contribuições de terceiros a recolher	10.522	6.091
PIS / COFINS / ISS a recolher	4.314	2.946
Benefícios pós emprego (nota 23)	237.300	263.348
Obrigações de arrendamento (nota 11)	15.835	9.400
Outras	5.849	8.305
<b>Total</b>	<b>306.358</b>	<b>304.393</b>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.734.924.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

**b. Aumento de capital**

Houve, após aprovação do Banco Central em 12/07/2021 e 22/09/2021, dois aumentos de capital nos valores de R\$ 89.850 e R\$ 126.495, oriundos da capitalização dos resultados do 2º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021, respectivamente, e de integralização de reservas.

**c. Reserva de lucro**

No primeiro semestre de 2021, patrimônio líquido do BRDE foi objeto de reclassificação contábil interna dos valores oriundos do fundo de reserva regimental, que passaram a fazer parte do grupo de reservas de lucro, tendo sido zerado o saldo do grupo de reserva de capital.

**17. RESULTADO COM JUROS E SIMILARES**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receita com juros e similares</b>	<b>1.383.054</b>	<b>1.360.050</b>
<b>Receita com operações de crédito</b>	<b>1.093.439</b>	<b>1.131.474</b>
Empréstimos	43.776	25.485
Financiamentos	562.245	495.108
Financiamentos rurais	485.950	610.881
Repasses interfinanceiros	1.468	-
<b>Receita com outros ativos financeiros</b>	<b>289.615</b>	<b>228.576</b>
Títulos e valores mobiliários	186.729	124.347
Recebimento de créditos classificados como prejuízo	98.108	100.852
Outros ativos	4.778	3.377
<b>Despesa com juros e similares</b>	<b>(627.953)</b>	<b>(685.379)</b>
<b>Despesa com empréstimos e repasses</b>	<b>(592.687)</b>	<b>(661.164)</b>
Empréstimos e repasses do exterior	(6.177)	(73.289)
BNDES	(471.309)	(499.206)
FINAME	(48.706)	(48.753)
CEF	(25.629)	(15.747)
Outros repassadores	(40.866)	(24.169)
<b>Despesa com outros passivos financeiros</b>	<b>(35.266)</b>	<b>(24.215)</b>
Emissão de RDB's	(976)	-
Títulos e valores mobiliários	(34.290)	(24.215)
<b>RESULTADO COM JUROS E SIMILARES</b>	<b>755.101</b>	<b>674.671</b>

## 18. RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Receita com tarifas e comissões</b>	<b>37.025</b>	<b>36.561</b>
Comissão administração do FSA	6.026	3.612
Comissão sobre aval ou fiança prestado	5.193	5.155
Tarifa de análise	8.209	9.819
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	8.829	11.781
Outras tarifas e serviços	8.768	6.194
<b>Despesa com tarifas e comissões</b>	<b>(20.498)</b>	<b>(9.951)</b>
Tarifas bancárias	(1.713)	(2.195)
Taxa administração fundo BB	(2.099)	(2.105)
Comissão saldo FUNGETUR	(11.907)	(2.756)
Comissão sobre empréstimos e repasses do exterior	(4.240)	(1.874)
Outras comissões	(539)	(1.021)
<b>RESULTADO COM TARIFAS E COMISSÕES</b>	<b>16.527</b>	<b>26.610</b>

## 19. DESPESA COM PESSOAL

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Honorários diretores e conselheiros	6.123	4.926
Benefícios	37.597	32.643
Encargos sociais	58.296	49.757
Proventos	111.044	112.479
Treinamento e seleção	307	209
Estagiários	2.136	2.180
<b>Total</b>	<b>215.503</b>	<b>202.194</b>

## 20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PIS	5.000	4.063
COFINS	30.772	25.005
ISS	2.129	1.779
Outros tributos	1.813	1.784
<b>Total</b>	<b>39.714</b>	<b>32.631</b>

## 21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Aluguel, condomínio, água e luz	3.526	3.226
Comunicações	1.318	1.359
Manutenção e conservação de bens	5.566	4.075
Processamento de dados	9.338	6.892
Promoções e relações públicas	2.287	2.055
Publicidade e propaganda	4.351	3.975
Serviços de terceiros	2.029	2.386
Serviços técnicos especializados	2.848	2.772
Vigilância e segurança	1.024	1.085
Transporte	1.169	668
Viagem	528	646
Emolumentos judiciais e cartorários	1.466	1.082
Despesas estatutárias	4.727	4.465
Incentivos fiscais	4.633	4.328
Outras despesas administrativas	2.174	2.850
<b>Total</b>	<b>46.984</b>	<b>41.864</b>

## 22. OUTRAS RECEITAS (DEPESAS) OPERACIONAIS

	2021	2020
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>56.599</b>	<b>15.082</b>
Venda carteira baixada em prejuízo (1)	17.311	4.137
Atualização de depósitos judiciais	2.108	1.910
Outras receitas operacionais (2)	37.180	9.035
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(25.442)</b>	<b>(17.771)</b>
Fiança honrada de cliente em prejuízo	(5.641)	(7.567)
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	(17.476)	-
Outras despesas operacionais	(2.325)	(10.204)
<b>Total outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(31.157)</b>	<b>(2.689)</b>

(1) Em 2021 o Banco efetuou cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas, na soma de R\$ 17.311 (2020 – R\$ 4.137).

(2) R\$ 34.613 referem-se a estorno de juros da carteira FGPC – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, que foi reclassificada de obrigações para repasses, alterando-se a estimativa contábil da obrigação do BRDE junto ao Fundo, sendo que o principal reclassificado em outras obrigações (nota 15).

## **23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2021.

### **23.1 Característica dos planos de benefícios**

#### **23.1.1 – Planos de benefícios de previdência**

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade apresentam tempo médio para atingimento das elegibilidades para solicitação de início de aposentadoria pelo Plano de apenas 1 (um) ano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, tendo, em 01.01.2020, alocado recursos decorrentes do excedente patrimonial, em Reserva de Contingência e Reserva Especial. Entretanto, em setembro de 2021 houve a suspensão da distribuição de superávit por parte do ISBRE, em decorrência da observação de redução do superávit do plano de benefícios durante o exercício em níveis abaixo do requerido para continuidade da distribuição de superávit para os participantes, assistidos e patrocinadores do plano. Desta forma, considerando a situação patrimonial vigente do plano de benefícios e que seria improvável a retomada do processo de distribuição de superávit no curto prazo, bem como a iminente necessidade de reversão integral dos montantes anteriormente alocados em Fundo Previdencial de Revisão do Plano (parcela patrocinadores), que fundamentavam o reconhecimento de um Ativo pelo BRDE, conclui-se que não há, no momento, benefícios econômicos disponíveis para a companhia na forma de reduções das contribuições futuras para o plano, conforme definição do CPC 33 (R1), resultando na adoção de um Teto do Ativo de R\$ 0 (zero reais).

Em 31/12/2021, o Banco figura como patrocinador de 58 participantes ativos (31/12/2020 - 62), 386 aposentados (31/12/2020 - 391) e 95 pensionistas (31/12/2020 - 95).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2021, o Banco figura como patrocinador de 349 participantes ativos (31/12/2020 - 345), 5 aposentados (31/12/2020 - 4) e 16 pensionistas (31/12/2020 - 13).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

### **23.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS**

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2021, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 846 (31/12/2020 - 869).

## 23.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

### 23.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais	891.868	1.026.131	24.328	27.371	236.420	257.398
Valor justo dos ativos do plano	(1.062.637)	(1.143.214)	(23.448)	(21.421)	-	-
<b>Deficit (superavit) apurado</b>	<b>(170.769)</b>	<b>(117.083)</b>	<b>880</b>	<b>5.950</b>	<b>236.420</b>	<b>257.398</b>
Efeito no teto do ativo	170.769	105.839	-	-	-	-
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>-</b>	<b>(11.244)</b>	<b>880</b>	<b>5.950</b>	<b>236.420</b>	<b>257.398</b>

### 23.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Obrigações atuariais no início do período	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352
Custo do serviço corrente líquido	123	192	1.152	968	805	702
Contribuições de participantes realizadas no período	892	840	-	-	-	-
Despesa de juros	65.766	67.218	1.949	1.676	18.260	18.278
Benefícios pagos no período	(67.683)	(63.524)	(737)	(804)	(6.458)	(5.536)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	(4.974)	-	(406)	-	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(180.917)	(8.379)	(7.098)	(2.346)	(33.960)	(15.217)
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	52.530	13.656	2.097	3.825	375	(181)
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>891.868</b>	<b>1.026.131</b>	<b>24.328</b>	<b>27.371</b>	<b>236.420</b>	<b>257.398</b>

### 23.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo dos ativos no início do período	(1.143.214)	(1.167.285)	(21.422)	(20.075)
Benefícios pagos no período	67.683	63.524	737	804
Contribuições de participante realizadas no período	(892)	(840)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(8.497)	(3.200)	(1.690)	(1.579)
Receita de juros	(73.622)	(77.642)	(1.572)	(1.443)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	95.905	42.229	499	871
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido</b>	<b>(1.062.637)</b>	<b>(1.143.214)</b>	<b>(23.448)</b>	<b>(21.422)</b>

### 23.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Efeito do teto de ativo no início do período	105.840	135.366	-	-	-	-
Despesa de juros	7.013	9.249	-	-	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	57.916	(38.775)	-	-	-	-
<b>Efeito no teto de ativo no fim do período</b>	<b>170.769</b>	<b>105.840</b>	-	-	-	-

### 23.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período</b>	<b>(11.244)</b>	<b>(15.791)</b>	<b>5.950</b>	<b>3.977</b>	<b>257.398</b>	<b>259.352</b>
Custo do serviço corrente líquido	123	192	1.152	968	805	702
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	65.766	67.218	1.949	1.676	18.260	18.279
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	7.013	9.249	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(73.622)	(77.642)	(1.572)	(1.443)	-	-
<b>Despesa (receita) reconhecida no resultado</b>	<b>(720)</b>	<b>(983)</b>	<b>1.529</b>	<b>1.201</b>	<b>19.065</b>	<b>18.981</b>
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	(133.360)	5.276	(5.408)	1.480	(33.585)	(15.399)
Mudanças no efeito do teto do ativo	57.916	(38.775)	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	95.905	42.229	499	871	-	-
<b>Remensurações em outros resultados abrangentes</b>	<b>20.461</b>	<b>8.730</b>	<b>(4.909)</b>	<b>2.351</b>	<b>(33.585)</b>	<b>(15.399)</b>
Contribuições do banco no período	(8.497)	(3.200)	(1.690)	(1.579)	(6.458)	(5.536)
<b>Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período</b>	<b>-</b>	<b>(11.244)</b>	<b>880</b>	<b>5.950</b>	<b>236.420</b>	<b>257.398</b>

### 23.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Renda fixa	79,69%	84,54%	73,40%	76,32%
Renda variável	4,17%	4,51%	9,58%	11,73%
Imobiliário	0,60%	0,48%	0,14%	0,13%
Estruturado	11,02%	10,09%	10,42%	9,87%
Carteira de empréstimos	0,43%	0,38%	1,55%	1,94%
Outros	4,09%	0,00%	4,90%	0,00%

### **23.5 Premissas atuariais**

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 9,10 anos para o PB I, 17,42 anos para o PB II e 17,41 anos para o PAS.

O quadro a seguir apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Taxa de desconto atuarial (real)	5,25%	3,20%	5,43%	3,80%	5,43%	3,80%
Retorno real esperado sobre os ativos	5,25%	3,20%	5,43%	3,80%	5,43%	3,80%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	3,70%	4,21%	3,70%	4,21%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	4,10%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%	100%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100%	98,20%	100%	98,20%	100%
Inflação esperada	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%
Taxa de desconto nominal	10,54%	6,63%	10,73%	7,25%	10,73%	7,25%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	10,54%	6,63%	10,73%	7,25%	10,73%	7,25%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,92%	7,67%	8,92%	7,67%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,03%	3,32%	5,03%	3,32%	5,03%	6,94%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo					
Mortalidade dos inválidos	MI 85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Entrada na aposentadoria	100% na elegibilidade		100% na elegibilidade ao benefício programado		60 anos	
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família média. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro		Família efetiva (conforme informações cadastrais)	
Aging fator	N/A	N/A	N/A	N/A	Até 24 anos: 1,5% De 25 a 54 anos: 2,5% De 55 a 79 anos: 4,5% 80 anos ou mais: 2,5%	Experiência do grupo
Take up	N/A	N/A	N/A	N/A	100%	100%
Taxa de desistência após concessão do benefício	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

### 23.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(33.319)	(1.424)	(15.289)	(3,7%)	(5,9%)	(6,5%)
	redução de 0,5 p.p	35.731	1.575	17.309	4,0%	6,5%	7,3%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	16.260	(193)	11.300	1,8%	(0,8%)	4,8%
	redução de 1 ano	(16.210)	221	(11.089)	(1,80%)	0,9%	(4,7%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	17.455	-	-	7,4%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(15.543)	-	-	(6,6%)

### 23.6 Fluxos de caixa futuros

#### 23.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado	Ocorrido	Esperado
	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022	em 2021	em 2022
Contribuições do empregado	8.497	7.982	1.690	1.774	6.458	11.923
Contribuições do participante	892	39	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	67.683	72.272	737	1.137	6.458	11.923
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

#### 23.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
2022 a 2026	350	7	56
2027 a 2031	317	10	52
Após 2031	732	101	128

## 24. PARTES RELACIONADAS

### a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

A seguir apresentamos as receitas e despesas incorridas com o ISBRE:

	2º semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Locação de salas	(376)	(364)	(740)	(719)
Ressarcimento de salários	349	382	683	627
Contribuição patronal	(3.683)	(4.243)	(8.312)	(7.510)
<b>Total</b>	<b>(3.710)</b>	<b>(4.225)</b>	<b>(8.369)</b>	<b>(7.602)</b>

### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2021	2020
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>7.305</b>	<b>5.662</b>
Diretoria	6.831	5.114
Conselho de Administração	360	438
Comitê de Auditoria	114	110
<b>Benefícios de rescisão de contrato de trabalho</b>	<b>340</b>	<b>128</b>
<b>Total</b>	<b>7.645</b>	<b>5.790</b>

### c) Agência de Fomento da Paraná S/A – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 31/12/2021 é de R\$ 9.621.

## 24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 24.1 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

## **24.2 Risco de crédito**

A estrutura de avaliação de risco do BRDE está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde as agências até a esfera diretiva e seu Comitê de risco e de Crédito na Direção Geral.

A análise individualizada do cliente e do seu negócio de atuação realizada periodicamente, aliada às perspectivas comerciais e econômicas, bem como a parametrização sistêmica das regras para concessão de crédito, fortalece a sistemática de avaliação de risco do crédito do BRDE.

O BRDE administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas – particularmente em relação aos clientes e grupos individuais e quanto ao ramo de atividade. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupo de devedores e a segmentos da economia. Esses riscos são monitorados e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos/financiamentos, efetivos e potenciais, considerando o efetivo pagamento das parcelas dos contratos.

Como forma de proteger o crédito concedido, o BRDE tem como principal estratégia a vinculação de garantias reais aos contratos de crédito sendo, preferencialmente, compostas por alienação fiduciária de imóveis cujo valor de avaliação de mercado seja, no mínimo, 110% do valor total do crédito concedido.

A natureza e valor da garantia real são considerados na classificação de risco da operação de crédito, com conseqüente impacto na estimativa de probabilidade de inadimplência. O BRDE não deixa de reconhecer provisão sobre suas operações em decorrência da existência de garantias.

### **24.2.1 Política de impairment**

O BRDE avalia em cada data-base de suas demonstrações financeiras consolidadas a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja deteriorado com base no sistema interno de classificação de risco. A política operacional exige a revisão da classificação de risco dos ativos financeiros individuais considerados relevantes (ativo com saldo superior a R\$ 50 mil) no mínimo uma vez por exercício.

As probabilidades e expectativas de perdas foram estimadas agrupando as operações de créditos em 6 grupos homogêneos:

- ✓ Indústrias, extrativa e de transformação;
- ✓ Comércio e serviços;
- ✓ Setor primário;
- ✓ Energia e municípios;
- ✓ Cooperativas agroindustriais; e
- ✓ Operações indiretas.

Para cálculo da LGD foi considerado o agrupamento acima e para cálculo da PD e EAD, além do mesmo agrupamento, foi considerado o rating de risco de crédito no momento de avaliação para os definidos cálculos.

Adicionalmente são utilizadas informações macroeconômicas e projeções sobre condições financeiras futuras a fim de calcular o ajuste *forward-looking* na PD dos grupos homogêneos definidos.

Os parâmetros para cálculo da PE Vida foram estimados até 60 meses e extrapolados a partir de então até 120 meses

Com base nesses critérios e nas informações constantes na nota 3.3.4 apresentamos quadro resumo da carteira e do *impairment* agrupados nos segmentos acima mencionados:

Segmento	2021		2020		
	Saldo carteira	Impairment	Saldo carteira	Impairment	
<b>Estágio 1</b>	Ind. Extrativa e de Transformação	3.668.891	12.838	1.364.038	33.850
	Comércio e serviços	2.441.186	68.863	2.181.187	80.589
	Setor primário	1.716.583	11.129	1.146.440	15.249
	Energia e municípios	1.525.021	64.581	1.937.428	23.075
	Cooperativas agroindustriais	2.139.402	8.598	3.780.265	12.316
	Operações indiretas	1.148.581	14.155	1.882.735	6.244
	<b>Total estágio 1</b>	<b>12.639.664</b>	<b>180.164</b>	<b>12.292.093</b>	<b>171.323</b>
<b>Estágio 2</b>	Ind. Extrativa e de Transformação	44.614	262	243.153	51.662
	Comércio e serviços	417.068	55.968	363.835	53.129
	Setor primário	168.625	3.543	279.783	12.055
	Energia e municípios	273.707	34.981	82.765	4.030
	Cooperativas agroindustriais	91.840	1.378	61.405	532
	Operações indiretas	275.403	11.574	109.898	1.961
	<b>Total estágio 2</b>	<b>1.271.257</b>	<b>107.706</b>	<b>1.140.839</b>	<b>123.369</b>
<b>Estágio 3</b>	Ind. Extrativa e de Transformação	691	615	74.572	48.490
	Comércio e serviços	75.368	62.081	31.183	25.207
	Setor primário	21.318	7.911	54.009	24.939
	Energia e municípios	67.430	40.904	0	0
	Cooperativas agroindustriais	1.344	948	12.125	5.577
	Operações indiretas	38.516	17.719	4.384	2.848
	<b>Total estágio 3</b>	<b>204.667</b>	<b>130.178</b>	<b>176.273</b>	<b>107.061</b>
<b>Total</b>	<b>14.115.588</b>	<b>418.048</b>	<b>13.609.205</b>	<b>401.753</b>	

### 24.3 Risco de mercado

O Banco monitora o risco de mercado através da utilização da metodologia do Valor em Risco (VaR), que busca simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período de tempo, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

O gestor do Fundo utiliza o VaR para estimar as perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Para os títulos e valores

mobiliários, o nível de confiança para o cálculo do VaR não paramétrico é de 95%, estimada a partir da série de choques dos últimos 150 d.u..

O VaR calculado para a data base 31/12/2021 é -0,0236%.

Relatórios de acompanhamento de mercado, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez do Banco, mitigado por possuir parcela significativa de sua carteira de empréstimos e recebíveis com prazos e taxas atrelados a captações por repasses.

#### 24.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banco mantém os seus compromissos de operações de crédito, tanto no ativo como no passivo, no mesmo prazo de pagamento e recebimento, o que evita descasamentos e permite o controle do risco de liquidez e do risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, aquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

O BRDE mantém em sua carteira de títulos e valores mobiliários posições substanciais em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais como forma de reduzir o risco de liquidez. Estes ativos apresentam grande volume de negociação no mercado.

### 25. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital está definido nos normativos internos como o processo contínuo de: (a) Monitoramento e controle do capital mantido pelo BRDE; (b) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e (c) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do BRDE.

O patrimônio de referência corresponde à medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais do Banco. Pelas normas vigentes, considerando os GAAPs locais, os limites de capital no exercício findo apresentaram os seguintes valores:

	2021	2020
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>3.381.134</b>	<b>3.084.195</b>
<b>Total de ativos ponderados por risco (RWA)</b>	<b>16.515.896</b>	<b>16.559.952</b>
Risco de Crédito - RWACPAD	15.230.007	15.346.353
Risco de Mercado - RWAMPAD	112.887	3.867
Risco Operacional - RWAOPAD	1.173.002	1.209.732
<b>Índice de Basileia</b>	<b>20,47</b>	<b>18,62</b>

## **DIRETORIA**

Diretor-Presidente

**WILSON BLEY LIPSKI**

Diretor Vice-Presidente e Diretor de  
Acompanhamento e Recuperação de Créditos

**MARCELO HAENDCHEN DUTRA**

Diretor de Planejamento  
**OTOMAR OLEQUES VIVIAN**

Diretora de Operações  
**LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**

Diretor Financeiro  
**EDUARDO PINHO MOREIRA**

Diretor Administrativo  
**LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA**

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente

**WILSON BLEY LIPSKI**

Conselheiros

**WAGNER CARLOS AICHNER**

**JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER**

**WAGNER MARCOS SALAI**

**PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA**

**VANESSA NEUMANN SULZBACH**

**JOÃO BIRAL JUNIOR**

**MARISA MARQUES DE TOLEDO CAMARGO BARROSO MAGNO**

**FABIANO MEASSI**

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar --Chácara das Pedras  
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Aos  
Controladores e aos Diretores do  
**Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE**  
Porto Alegre - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

#### Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de créditos (*impairment*)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro, de 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito totaliza R\$ 418.048 mil, constituída sobre diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela diretoria, periodicamente, no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), em conformidade com o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” (IFRS 9). A estimativa envolve julgamento da diretoria na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso, categorizadas em diferentes estágios, utilizando-se de premissas e julgamentos os quais incluem, entre outros, as análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações e avaliações de garantias aceitas nas operações.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela diretoria para a determinação da perda esperada associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Avaliamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, bem como aqueles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria, em consonância com as políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos pelo Banco para atendimento aos requisitos do IFRS 9. Com o apoio de nossos especialistas para fins de validação dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito, procedemos a avaliação da aplicação das metodologias estabelecidas, premissas e demais informações determinadas pela diretoria e da categorização nos respectivos estágios de risco, além do recálculo das estimativas de perda esperada, incluindo as análises preparadas pela diretoria do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

#### Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 237.300 mil em 31 de dezembro de 2021. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 400.882 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas por não recuperação de empréstimos e recebíveis, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras.



### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito, em concordância com a legislação vigente. Ainda, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outros Assuntos**

#### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, nesta mesma data.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.



## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2022

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-7

  
Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC - RS 062793/O-8

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 31.12.2021

### INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27/05/2004, substituída pela Resolução CMN 4.910, de 27/05/2021, vigente a partir 01/01/2022. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 2º semestre de 2021, ocorreram três reuniões, com periodicidade bimestral, onde foram exercidas as atribuições regulamentares, entre essas, a análise das demonstrações financeiras da data-base de 31.12.2021, a elaboração e aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo a seguir:

### I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Também acompanhou a evolução do atendimento pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e pela auditoria independente, objetivando a mitigação dos riscos identificados, bem como as informações dos órgãos de supervisão e fiscalização.

### II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais. O Comitê tomou ciência do início do processo de revisão e atualização da matriz de riscos do BRDE, ratificando a importância da questão para o sistema de controles internos.

### III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

### IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial; Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS; Estudo técnico dos créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social; conteúdo do Relatório de Administração e Socioambiental; e Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2021. Com base nas atividades desenvolvidas, e com o respaldo da auditoria interna, não foi identificado descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento de Extremo Sul – BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 21 de março de 2022.

**Alex Mussoi  
Ribeiro**

Assinado de forma  
digital por Alex Mussoi  
Ribeiro  
Dados: 2022.03.23  
11:09:03 -03'00'

**ALEX MUSSOI RIBEIRO**  
Coordenador do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado de SC

**Lauren de  
Vargas  
Momback**

Assinado de forma digital  
por Lauren de Vargas  
Momback  
Dados: 2022.03.23 15:26:07  
-03'00'

**LAUREN DE VARGAS MOMBACK**  
Integrante do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado do RS

**EDERSON JOSE  
PINHEIRO**  
COLACO:03475527  
901

Assinado de forma digital por  
EDERSON JOSE PINHEIRO  
COLACO:03475527901  
Dados: 2022.03.23 11:51:28  
-03'00'

**EDERSON J. PINHEIRO COLAÇO**  
Integrante do Comitê de Auditoria  
Representante do Estado do PR